

Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas (FACE)
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)
Bacharelado em Ciências Contábeis

Cainan da Silva de Araújo

VALOR JUSTO:

Uma pesquisa acerca da relevância e grau de entendimento sobre a mensuração a valor justo aplicada aos discentes de graduação em Ciências Contábeis

Brasília, DF
2017

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura
Reitora da Universidade de Brasília

Professora Doutora Cláudia da Conceição Garcia
Decana de Ensino de Graduação

Professora Doutora Helena Eri Shimizu
Decana de Pós-graduação

Professor Doutor Eduardo Tadeu Vieira
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Professor Doutor José Antônio de França
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Doutor César Augusto Tibúrcio Silva
Coordenador do Programa Pós-graduação em Ciências Contábeis

Professor Doutor Paulo Augusto Pettenuzzo de Britto
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Diurno

Professor Mestre Elivânio Geraldo de Andrade
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - Noturno

Cainan da Silva de Araújo

VALOR JUSTO:

Uma pesquisa acerca da relevância e grau de entendimento sobre a mensuração a valor justo aplicada aos discentes de graduação em Ciências Contábeis

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador:

Prof. Doutor Paulo César de Melo Mendes

Linha de pesquisa:

Contabilidade e Mercado Financeiro

Área:

Teoria Contábil

Brasília, DF
2017

ARAÚJO, Cainan da Silva

Valor Justo: uma pesquisa acerca da relevância e grau de entendimento sobre a mensuração a valor justo aplicada aos discentes de graduação em Ciências Contábeis/ Cainan da Silva de Araújo -- Brasília, 2017. 37 p.

Orientador (a): Prof. Doutor Paulo César de Melo Mendes.

Trabalho de Conclusão de curso (Monografia - Graduação) – Universidade de Brasília, 2º Semestre letivo de 2017.

Bibliografia.

1. Mensuração 2. Valor justo 3. Grau de Entendimento I. Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília.

À minha amada família, por sempre me incentivarem na minha jornada acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por guiar os meus caminhos e me permitir chegar até aqui.

Aos meus pais, Mariano Alves de Araújo Neto e Mirna França da Silva de Araújo, pela educação, incentivo e suporte para concluir mais uma etapa.

Aos meu irmão, Calebe da Silva de Araújo, pelo apoio em todos os momentos da minha vida.

Ao meu orientador, Professor Doutor Paulo César de Melo Mendes, pela amizade, pelo conhecimento compartilhado, por estar sempre disposto a ajudar e fazer com que esse trabalho se tornasse possível.

Ao Professor Doutor Paulo Augusto Pettenuzzo de Britto pela disposição e boa vontade em ajudar os alunos a alcançarem seus objetivos.

A todos os professores que contribuíram fornecendo conhecimento durante todo curso de graduação.

Por fim, agradeço aos amigos pela parceria durante o curso e na vida.

“Se você conhece o inimigo e conhece a si mesmo, não precisa temer o resultado de cem batalhas.”

Sun Tsu

VALOR JUSTO:

Uma pesquisa acerca da relevância e grau de entendimento sobre a mensuração a valor justo aplicada aos discentes de graduação em Ciências Contábeis

RESUMO

O objetivo do trabalho foi identificar a relevância e o grau de entendimento acerca da mensuração a valor justo para os discentes de Ciências Contábeis, para isso, foi feito um levantamento através de um questionário que abordava afirmações acerca da relevância, conceito de valor justo e hierarquias de mensuração. Foi utilizado como amostra duas universidades situadas no DF, uma pública e outra particular, alcançando um total de 211 discentes. A pesquisa indicou que a mensuração a valor justo é relevante para os respondentes, uma vez que alcançou um *score* de 90,25%. Em relação ao grau de entendimento alcançaram um *score* total de 69,73%, sendo 73,31% de grau de entendimento relacionado ao conceito de valor justo, 70,90% ao Nível 1, 68,39% ao Nível 2 e 64,82 ao Nível 3.

Palavras-chaves: Mensuração. Valor Justo. Grau de Entendimento.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Gênero dos Respondentes	22
Tabela 2: Faixa etária dos Respondentes	23
Tabela 3: Tipo de Instituição de Ensino dos respondentes	23
Tabela 4: Semestre dos respondentes	24
Tabela 5: Frequência de respondentes que cursaram alguma disciplina que abordou o conteúdo sobre valor justo.....	25
Tabela 6: Frequência de respondentes que trabalham na área contábil	25
Tabela 7: Grau de entendimento dos respondentes.	27
Tabela 8: Grau de entendimento por instituição de ensino.....	28
Tabela 9: Grau de entendimento por semestre.....	28
Tabela 10: Grau de entendimento dos discentes por trabalhar ou não na área contábil.....	29

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. REFERENCIAL TEORICO	12
2.1 Mensuração Contábil	12
2.2 Valor Justo	12
2.3 Valor Justo X Valor de Mercado	13
2.4 Valor Justo e Instrumentos Financeiros	14
2.5 Críticas e Defesas da Mensuração a Valor Justo	15
2.6 Hierarquia para Mensuração a Valor Justo	16
3. METODOLOGIA	18
3.1 Classificação da Pesquisa	18
3.2 Pesquisa com Questionário	18
3.3 População e Amostra	19
3.4 Instrumento de Pesquisa	19
3.5 Procedimentos Adotados na Análise dos Dados	20
4. ANÁLISE DESCRITIVA	22
4.1 Análise Descritiva do Perfil dos Respondentes	22
4.2 Análise Descritiva da questão sobre a relevância da mensuração a valor justo	26
4.3 Análise Descritiva das questões relacionadas ao grau de entendimento acerca do conceito de valor justo e hierarquia de mensuração	27
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS	32
APÊNDICE	35

1. INTRODUÇÃO

O processo de mensuração contábil é um tema que tem gerado muitas discussões entre pensadores e teóricos contábeis, não há um consenso acerca da melhor e mais apropriada base de mensuração. Nesse sentido, o custo histórico, que, segundo Petterson et al. (2009), é a base de avaliação mais tradicional usada na contabilidade, é constantemente criticado, devido as suas falhas, o que incentivou o desenvolvimento de outras formas de mensuração, como o valor justo (GEORGIU; JACK, 2011).

As deficiências do custo histórico se tornaram cada vez mais expostas principalmente quando os padronizadores são confrontados com alta inflação e também em momentos de crise, como na Savings-and-Loans Crisis que ocorreu nos EUA em 1980 e pressionou ainda mais para o desenvolvimento de um padrão de mensuração que abordasse valor de mercado (HITZ, 2007).

Uma informação contábil de qualidade é essencial para tomada de decisão dos usuários e, para que isso seja possível, é necessário que ela reflita fidedignamente o patrimônio da instituição. Nesse sentido, o custo histórico pode não ser considerado a medida mais apropriada, principalmente em períodos inflacionários. Georgiou e Jack (2011) relatam que uma das fraquezas do custo histórico foi exposta em 1970, quando os padronizadores foram confrontados com os desafios de divulgação das informações contábeis em períodos de alta inflação.

O uso do custo histórico em períodos inflacionários faz com que os valores dos ativos fiquem superavaliados, enquanto dos passivos subavaliados, dessa forma, distorcendo as informações contidas nas demonstrações financeiras, o que mostra a importância de uma base de mensuração alternativa, como o valor justo, para garantir uma informação de maior qualidade aos usuários.

Apesar de ser um conceito discutido há muitos anos, ainda não existe um consenso sobre a relevância da mensuração a valor justo, alguns autores como Barth (2007, *apud* MAGNAN; MENINI; PARBONETTI, 2015), Laux e Leuz (2009) e Emerson, Karim e Rutledge (2010) defendem o uso do modelo de mensuração a valor justo, dentre outros motivos, por não existir uma alternativa melhor, por ser confiável, já que reflete os preços do mercado e por aumentar a transparência. Por outro lado, críticas são feitas ao modelo de mensuração por Whittington (2008), Laux e Leuz (2009) e Emerson, Karim e Rutledge (2010) que afirmam que essa medida pode induzir a erros, dar margem para que os preços sejam distorcidos e acabar com a objetividade da mensuração do custo histórico. Já alguns autores,

como Iudícibus e Martins (2007), propõem uma forma de mensuração mista, em que os elementos patrimoniais seriam mensurados a custo histórico em uma coluna e na outra mensurados a valor justo, de forma a integrar a objetividade do custo histórico e a atualização do valor justo.

Diante do exposto, pode-se perceber a mensuração a valor justo é um assunto que está longe de ser esgotado. Assim, por ser um conceito tão importante e discutido na contabilidade, é essencial que os profissionais da área tenham conhecimento sobre o tema e uma posição sobre a relevância de seu uso.

Estudos anteriores também tratam sobre o uso do valor justo: Mendes (2014) analisou a percepção dos auditores na mensuração dos instrumentos financeiros; Melo, Vieira, Niyama e Mól (2012), fizeram um estudo sobre a percepção dos professores e profissionais contábeis acerca da mensuração a valor justo; Martins, G; Machado, M e Callado, A (2014), analisaram a relevância e representação fidedigna da informação de ativos financeiros mensurados a valor justo. No entanto, nota-se uma necessidade de explorar a opinião dos futuros profissionais e aplicadores dessa forma de mensuração.

Tomando por base Ott et al. (2011), explorar o campo da educação contábil é fundamental para analisar os níveis de conhecimento, habilidade, valores, éticas e atitudes dos futuros profissionais, assim, o conhecimento adquirido é de suma importância para que o indivíduo se torne competente e alcance o sucesso profissional.

Nesse sentido, o foco do trabalho são os discentes de Ciências Contábeis, como serão futuros profissionais da área, é essencial que possuam conhecimento sobre o tema abordado para que possam exercer com excelência a profissão. Dessa forma, surge o seguinte questionamento de pesquisa: Qual a relevância da mensuração a valor justo para os discentes de Ciências Contábeis e qual o grau de entendimento acerca do conceito de valor justo e de sua hierarquia de mensuração?

O objetivo deste trabalho é identificar se a mensuração a valor justo é relevante para os discentes de Ciências Contábeis e qual o grau de entendimento dos alunos acerca do conceito de valor justo e de suas hierarquias de mensuração.

Para alcançar o objetivo proposto foi realizada uma análise por meio de questionário aplicado aos graduandos de Ciências Contábeis de Instituições de Ensino Superior pública e particular, totalizando 210 questionários onde os conceitos e a relevância do valor justo foram abordados.

Além dessa parte introdutória, que contextualiza e define os objetivos da pesquisa, este estudo contempla: o referencial teórico, para auxiliar no entendimento de questões

fundamentais do valor justo (Seção 2); os procedimentos metodológicos adotados (Seção 3); a apresentação e análise da estatística descritiva (Seção 4); e, por fim, as considerações finais (Seção 5).

2. REFERENCIAL TEORICO

2.1 Mensuração Contábil

A mensuração é um tema que vem sendo tratado desde os primórdios da ciência contábil, as melhores formas de mensuração são sempre assunto recorrente entre os teóricos e pesquisadores e a dificuldade de consenso sobre as melhores práticas de mensuração é um problema constante. O conceito de mensuração é fundamental na contabilidade, é por meio dele que os ativos e passivos irão receber seus devidos valores. Em virtude disso, é essencial que os futuros profissionais possuam conhecimento necessário acerca do tema, uma vez que vão utilizar durante toda sua vida profissional, além disso, vale ressaltar que universidade tem um papel indispensável nesse processo, uma vez que, é a responsável por preparar os discentes para a carreira.

Hendriksen e Van Breda (2010) definem a mensuração contábil como um processo em que um valor monetário é atribuído de modo que os objetos ou eventos associados a uma empresa possam ser agregados ou desagregados. Dessa forma, a mensuração contábil auxilia a avaliar as posses e o valor da empresa. Niyama e Silva (2013) ainda reforçam a importância da mensuração ao afirmarem que ela seria o primeiro passo rumo ao processo de reconhecimento e evidenciação de ativos e passivos.

O que se pressupõe nesse contexto é a essência do evento ante a forma, mas vale frisar, ainda conforme Niyama (2014) que mesmo com essa subjetividade, os critérios devem ser lógicos e adequadas para que a informação contábil seja de qualidade e represente fidedignamente os objetos alvos da mensuração.

2.2 Valor Justo

Nesse contexto de formas de mensuração, o valor justo ganha destaque como sendo uma alternativa ao consolidado custo histórico. Alguns autores, como Barth (2007, *apud* MAGNAN; MENINI; PARBONETTI, 2015) chegam a afirmar que o valor justo pode não ser a melhor forma de mensuração, mas dentre as alternativas possíveis, ele seria o mais apropriado. Reflexo disso é o recorrente uso do valor justo por parte dos contadores, que precisam ter o conhecimento necessário sobre o conceito para emitir laudos de avaliação, fazer análises de demonstrações contábeis, testes de *Impairment*, reconhecimento de derivativos, entre outras atribuições que justificam a necessidade dos discentes construírem

uma base sólida de conhecimento sobre o valor justo, para que possam executar com sucesso o exercício da profissão.

Dessa forma, valor justo pode ser definido, de acordo como o CPC 46, como o preço que seria recebido na venda de um ativo, ou pago na transferência de um passivo, em uma transação não forçada. De forma mais simples, Niyama e Silva (2013) definem valor justo como aquele obtido em uma transação em que nem o comprador e nem o vendedor impõem sua vontade.

Essa forma de mensuração se tornou cada vez mais relevante a medida em que o custo histórico foi apresentando suas deficiências no decorrer da história. Hitz (2007) salienta que a medida que os normatizadores e padronizadores eram confrontados com períodos de alta inflação e crises, as deficiências do custo histórico foram ficando mais expostas. A Saving-and-Loans Crisis, que ocorreu nos EUA em 1980, pressionou ainda mais os padronizadores a desenvolverem uma forma de mensuração que abordasse o valor de mercado e não o custo amortizado.

Assim, o valor justo começou a ser citado em normas e procedimento do IASB (International Accounting Standards Board) e FASB (Financial Accounting Standards Board). Hoje, Lustosa (2017) afirma que a principal norma contábil mundial sobre valor justo é o SFAS 157, emitido pelo FASB. No Brasil, o conceito foi introduzido pela lei 11.638/07 e hoje é também abarcado pelo CPC 46, em consonância com a IFRS 13, a qual foi elaborada em uma parceria entre FASB e IASB.

Mendes (2014) destaca que o valor justo possui três abordagens: de mercado, de receita e de custo. A primeira diz respeito a busca por preços e outras informações por meio de um mercado de transações com um ativo ou passivo idêntico ou comparável. A segunda usa técnicas de avaliação para converter valores futuros em um valor único atual. A última abordagem é baseada no valor corrente que seria exigido na troca de um ativo com a mesma capacidade de serviços e benefícios, o custo corrente de reposição.

2.3 Valor Justo X Valor de Mercado

Valor justo e valor de mercado são conceitos distintos que geram muitas dúvidas para profissionais da área. Na pesquisa “Mensuração a valor justo: Um Estudo sobre a Percepção dos Professores e Profissionais Contábeis”, realizada por Melo, Vieira, Niyama e Mól (2012), 44,6% dos contadores e professores participantes afirmam que a expressão “valor justo”

deveria ser substituída por “Valor de Mercado”, uma vez que não existe um valor que seja justo ou exato.

O problema é que não se pode afirmar que valor justo seja puramente valor de mercado, pois, com o auxílio da hierarquia de mensuração a valor justo, os níveis de mensuração mostram que também é possível mensurar a valor justo quando não há mercado ativo. Assim, Iudícibus e Martins (2007) justificam o uso da expressão valor justo ao invés de valor de mercado:

O limbo conceitual que a definição, com sua incerteza, coloca, é propiciar interpretações heterodoxas e paroxísticas quando o valor de mercado não existe. Até modelos matemáticos e matriciais extremamente complexos têm sido pensados a fim de calcular esse Fair Value em tais condições! Ou seja, por se querer atribuir valor a um elemento patrimonial que não tenha preço de mercado, adotou-se a expressão valor justo (IUDÍCIBUS; MARTINS, 2007).

Dessa forma, vale ressaltar que no nível 1 de hierarquia de mensuração o valor justo pode ser considerado valor de mercado, uma vez que o CPC 46 define que “informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração”. No entanto, não se pode afirmar que valor justo seria valor de mercado quando ele for utilizado com base nos outros níveis de hierarquia.

2.4 Valor Justo e Instrumentos Financeiros

O valor justo é fundamental também, para a mensuração de instrumentos financeiros. O CPC 39 define instrumentos financeiros como qualquer contrato que origina um ativo financeiro para a entidade e um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Esses ativos financeiros podem ser caixa, ações, direitos contratuais e contratos derivativos ou não. Os passivos financeiros seriam obrigações contratuais ou contratos que serão ou poderão ser liquidados em ações da própria entidade.

A norma hoje vigente que trata sobre a mensuração dos instrumentos financeiros, a IAS 39, no Brasil equivalente ao CPC 38, classifica os instrumentos financeiros em empréstimos e recebíveis, mantidos para negociação, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento de acordo com a intenção da administração. A mensuração desses instrumentos é definida conforme explicitado no Quadro 1.

Quadro 1: Mensuração de Instrumentos Financeiros de acordo com a IAS 39

Classificação do Instrumento Financeiro	Forma de Mensuração
Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado.
Mantidos para Negociação	Ajuste a valor justo por meio do resultado.
Disponíveis para Venda	Juros no resultado e Ajuste a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.
Mantidos até o Vencimento	Custo amortizado.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Pode-se perceber que há uma exigência de mensuração a valor justo dos instrumentos financeiros classificados como mantidos para negociação e disponíveis para venda, o que mostra que, mesmo não sendo a forma de mensuração utilizada para todos os instrumentos financeiros, ainda assim, é crucial sua utilização. Al-Khadash e Abdullatif (2009) chegam a afirmar que o desempenho financeiro de um banco é significativamente afetado pela valorização financeira dos instrumentos a valor justo.

A partir do dia primeiro de janeiro de 2018 passa a ser obrigatória uma nova norma que impactará a classificação dos instrumentos financeiros - a IFRS 9, no Brasil sendo equivalente ao CPC 48. No entanto, mesmo com uma nova classificação desses instrumentos, a mensuração a valor justo continuará presente. Dessa forma, os instrumentos financeiros não mais serão classificados de acordo com a intenção da administração, mas sim de acordo com o plano de negócio da entidade e deverão ser alocados em novas categorias: custo amortizado, valor justo por meio de resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

2.5 Críticas e Defesas da Mensuração a Valor Justo

Conforme já discutido, não há um consenso acerca da melhor forma de mensuração. Enquanto alguns autores admitam que, atualmente, não há opção melhor que o valor justo, como Barth (2007, *apud* MAGNAN; MENINI; PARBONETTI, 2015), outros, como Lustosa (2017) afirmam que os conceitos de mensuração a valor justo são incompletos ou incorretos, logo, não são justos, sendo injusto também o valor apurado com base nesses mesmos conceitos.

A discussão vai ainda mais longe, enquanto alguns autores levantam dúvidas acerca da confiabilidade da mensuração a valor justo, principalmente para itens cujo valor não seja independentemente observável, estando sujeito a critérios da administração (MAGNAN; MENINI; PARBONETTI, 2015), alguns defendem que o valor justo para ativos e passivos

reflete as condições correntes de mercado e fornece informação tempestiva, aumentando a transparência e encorajando ações corretivas (LAUX; LEUZ, 2009).

Enquanto não há um consenso, nem uma forma de mensuração menos polêmica e altamente aplicável, o valor justo segue como forma de mensuração adotada para vários ativos e passivos. A dúvida é se uma mensuração que pode ser tão subjetiva, principalmente quando utilizado o nível 3 de hierarquia, possa ser chamada de valor justo. Talvez, conforme Melo, Vieira, Niyama e Mól (2012), existam expressões mais adequadas, como Valor de Mercado Corrigido, Valor Intrínseco, Valor Equivalente, Valor Adequado de Mercado ou Valor Agregado.

2.6 Hierarquia para Mensuração a Valor Justo

Criado inicialmente como uma forma de avaliação a valor de mercado, o valor justo foi se desenvolvendo ao longo do tempo de forma que sua utilização para vários ativos e passivos se tornasse mais aplicável. Hoje, ele possui três hierarquias para mensuração, que aumentam seu nível de subjetividade.

O CPC 46 defende que essas hierarquias ajudam a aumentar a consistência e a comparabilidade nas mensurações do valor justo e em suas divulgações, assim, as hierarquias classificam em três níveis as informações para as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar a valor justo. A norma também frisa que essas hierarquias priorizam as informações das técnicas de avaliação e não as técnicas em si.

Dessa forma, o nível 1 corresponde a preços cotados para ativos e passivos idênticos, em mercados ativos, aos quais a entidade tenha acesso na data de mensuração. Seria então a determinação do mercado principal, ou, na ausência dele, o mais vantajoso, e também a determinação se a entidade pode celebrar uma transação pelo preço nesse mercado na data da mensuração.

Conforme já discutido, a subjetividade da mensuração a valor justo sobe a medida que os níveis de valor justo aumentam. Sendo assim, o nível 2 compreende as informações observáveis, mas não incluídas no nível 1, pois elas não possuem mercado ativo, assim o valor justo é determinado com base em dados observáveis que reflitam os preços cotados para instrumentos similares em mercados ativos; preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos; dados observáveis que não sejam preços cotados; e preços correlacionados.

O maior nível de subjetividade, o nível 3, corresponde a dados não observáveis, sendo eles mensurados com base em modelos que reflitam os pressupostos da administração sobre condições econômicas, de mercado e específicas da empresa. Vale ressaltar que o julgamento profissional é essencial para mensuração a valor justo no nível 3, o que contribui para o aumento da subjetividade, fato que reforça a necessidade dos discentes possuírem conhecimento adequado para que possam tomar melhores decisões.

3. METODOLOGIA

3.1 Classificação da Pesquisa

De acordo com objetivo dessa pesquisa e técnicas utilizadas para obtenção de resultados ela pode ser classificada como descritiva, uma vez que intenção do trabalho é analisar as características de um grupo através da coleta e descrição dos dados, sem nenhum tipo de interferência ou manipulação sobre eles.

Segundo Gil (2009) o objetivo primordial das pesquisas descritivas é descrever características de determinada população, fenômeno ou estabelecimento de relações entre variáveis. Já Prodanov e Freitas (2013) classifica como pesquisa descritiva aquela onde não há interferência nos dados observados, apenas o registro e descrição das características de determinada população.

A pesquisa foi realizada através de levantamento, comum em pesquisas descritivas, utilizando como instrumento de pesquisa um questionário.

Pesquisas descritivas envolvem o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistêmica; Assumindo, em geral, a forma de levantamento. (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Gil (2009) caracteriza o levantamento (Survey) pela interrogação direta das pessoas, procedendo a solicitação da informação a um grupo significativo acerca do problema estudado, obtendo-se as conclusões correspondentes aos dados analisados através da análise quantitativa.

3.2 Pesquisa com Questionário

Marconi e Lakatos (2003) caracterizam o questionário como sendo um instrumento de coleta de dados formado por um conjunto de perguntas que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Além disso, elencam algumas vantagens do uso do questionário como economia de tempo, respostas rápidas e precisas e uniformidade na avaliação.

Já para Gil (2009) o questionário é uma técnica de investigação e sua construção é baseada na tradução dos objetivos da pesquisa em questões específicas que irão produzir dados para descrever as características da população pesquisada. Como exemplo de vantagens proporcionadas pela aplicação do questionário cita a possibilidade de atingir um grande número de pessoas, menores gastos com pessoal e a garantia de anonimato das respostas.

Algumas outras vantagens da aplicação do questionário são elencadas por Zanella (2006) como a facilidade, rapidez na aplicação, tabulação e análise, além da pouca possibilidade de erros.

Dessa forma, o questionário se mostra um instrumento de pesquisa bastante útil e que atende o objetivo da pesquisa de colher informações de forma tempestiva, anônima e precisa.

3.3 População e Amostra

A população do estudo foram os discentes de graduação em Ciências Contábeis de instituições de Ensino superior públicas e particulares. Para amostra foram selecionados discentes a partir 6º semestre do curso de graduação, por entender que já possuem conhecimento sobre o tema abordado na pesquisa, de uma universidade pública, representada pela Universidade de Brasília, e outra particular, representada pelo Centro Universitário do Distrito Federal, ambas situadas no DF e entre as 5 primeiras instituições de ensino superior do distrito federal listadas no Ranking Universitário Folha 2016 com o melhor desempenho no curso de Ciências Contábeis. A pesquisa foi realizada com um total de 210 discentes.

Marconi e Lakatos (2003) conceituam população como o conjunto de seres animados ou inanimados que possuem ao menos uma característica em comum, para esse mesmo autor, amostra é uma parcela selecionada da população por conveniência.

No estudo foi utilizada a técnica de amostragem não probabilística, uma vez que foram usados critérios de interesse da pesquisa para seleção da amostra. Para Gil (2009) amostra não probabilística depende apenas de critérios do pesquisador, não apresentando fundamentação matemática ou estatística.

3.4 Instrumento de Pesquisa

O instrumento de pesquisa utilizado para levantamento dos dados foi um questionário formado por duas partes. A primeira composta por perguntas direcionadas para a identificação do respondente, entre elas: Gênero, idade, semestre, curso, se estuda em instituição pública ou particular, se já cursou alguma disciplina que abordou o conteúdo de valor justo e se trabalha na área de contabilidade. É importante ressaltar que tais perguntas são necessárias para conhecer o perfil dos respondentes e que a análise dos dados foi feita com bastante cautela para não entrar em questões como idadeísmo que, segundo Sousa et al. (2014), é um termo que caracteriza o preconceito a pessoas de mais idade, ou seja, concluir que pessoas mais velhas

possuem um grau de entendimento maior ou menor levando em consideração, exclusivamente, a faixa etária; e conclusões que comparam o grau de entendimento entre homens e mulheres sem uma justificativa concreta para tal conclusão.

A segunda parte do questionário é composta por 12 afirmações, produzidas utilizando os conceitos do CPC 46 – Mensuração a valor justo, onde os discentes respondiam de 1 a 5 de acordo com o grau de concordância com cada uma delas, sendo 1 para “discordo totalmente”, 2 para “discordo parcialmente”, 3 para “não tenho opinião”, 4 para “concordo parcialmente” e 5 para “concordo totalmente”.

A primeira afirmação visa identificar se para o discente é relevante ou não fazer a mensuração a valor justo; da segunda à sexta o intuito é identificar o grau de entendimento acerca do conceito de valor justo; a sétima e oitava de identificar o grau de entendimento acerca do nível 1 de hierarquia de mensuração; a nona e a décima de identificar o grau de entendimento acerca do nível 2 de hierarquia de mensuração, e por fim, a décima primeira e décima segunda visa identificar o grau de entendimento acerca do nível 3 de hierarquia de mensuração.

A coleta dos dados foi feita mediante a aplicação do questionário de forma presencial nas instituições participantes da pesquisa e através de um formulário digital produzido com auxílio da ferramenta Google Docs. entre os meses de agosto e setembro de 2017.

3.5 Procedimentos Adotados na Análise dos Dados

A análise dos dados foi feita utilizando a escala likert, desenvolvida por Rensis Likert em 1932. Nessa escala os respondentes se posicionam de acordo com a concordância em relação a cada afirmação. Silva Junior e Costa (2014) afirmam que a grande vantagem dessa escala é a facilidade de manuseio, pelo fato de ser fácil emitir um grau de concordância sobre uma afirmação.

A cada resposta foi atribuída uma pontuação de acordo com a proximidade da resposta esperada. Caso o esperado seja que o respondente concorde totalmente com a afirmação recebe 10 pontos caso marque o número 5 “Concordo totalmente”; 8 pontos caso marque o número 4 “Concordo parcialmente”; 6 pontos caso marque o número 3 “Não tenho opinião; 4 pontos caso marque o número 2 “Discordo parcialmente” e 2 pontos caso marque o número 1 “Discordo totalmente”.

Se o esperado for que o respondente discorde totalmente da afirmação, a atribuição dos pontos é feita de forma inversa, 10 pontos caso marque o número 1 “discordo

totalmente”; 8 pontos caso marque o número 2 “discordo parcialmente”; 6 pontos caso marque o número 3 “Não tenho opinião; 4 pontos caso marque o número 4 “concordo parcialmente” e 2 pontos caso marque o número 5 “concordo totalmente”.

Por fim, é feito o somatório das respostas e o valor é dividido pela pontuação máxima possível, gerando um score de 0 a 100%, que vai determinar a relevância e grau de entendimento acerca da mensuração a valor justo dos discentes de ciências contábeis. Para as conclusões que tenham mais de uma afirmação com uma mesmo propósito foi feito uma média simples.

A tabulação dos dados e geração dos resultados foi feita com o auxílio do programa Excel.

4. ANÁLISE DESCRITIVA

Nesta seção se encontra a análise descritiva dos dados coletados na pesquisa. A análise foi feita em duas etapas, começando pelo perfil dos respondentes, importante para se conhecer as características dos discentes, como gênero, idade, semestre, instituição de ensino em que estuda, se já cursou alguma disciplina que abordou conteúdos acerca de valor justo e se trabalha na área contábil. Posteriormente, foi feita uma análise da pontuação obtida a fim de determinar o grau de relevância da mensuração a valor justo para os discentes e grau de entendimento acerca do conceito de valor justo e hierarquia de mensuração.

4.1 Análise Descritiva do perfil dos respondentes

A primeira parte do questionário teve a intenção de colher dados acerca da qualificação dos respondentes. Foram aplicados 210 questionários, porém, 11 foram descartados por não estarem de acordo com a amostra pré-determinada, dessa forma, a análise foi feita com base em 199 questionários. A partir da Tabela 1 é possível observar a distribuição dos respondentes de acordo com o gênero.

Tabela 1: Gênero dos Respondentes

Gênero	Frequência Simples	Frequência Relativa
Masculino	98	49,24%
Feminino	100	50,25%
Não informado	1	0,51%
Total	199	100%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Pode-se perceber, por meio da Tabela 1, que se alcançou um equilíbrio entre a quantidade de discentes, sendo 49,24% do gênero masculino e 50,25% do gênero feminino. A Tabela 2 representa a faixa etária dos respondentes.

Tabela 2: Faixa etária dos Respondentes

Faixa etária	Frequência Simples	Frequência Relativa
18 – 23	117	58,79%
24 – 29	47	23,62%
30 – 35	21	10,55%
36 – 41	12	6,03%
42 – 47	2	1,01%
Total	199	100%

Fonte: Elaborado pelo autor.

A maioria dos discentes possui entre 18 e 23 anos de idade, sendo um total de 117, alcançando um percentual de 58,79% da amostra. Em seguida, estão os discentes entre 24 e 29 anos, sendo um total de 47 discentes, com um percentual de 23,62%; os discentes entre 30 e 35 anos totalizaram 10,55% da amostra, enquanto os discentes entre 36 e 41 anos 6,03% e, por fim, os discentes entre 42 e 47 anos 1,01%.

Os dados da tabela 2 mostram a predominância de um público mais jovem nas universidades, refletindo a importância da qualificação profissional para o ingresso no mercado de trabalho. Além disso, percebe-se uma diminuição no número de discentes com idade superior a 30 anos, idade em que geralmente as pessoas já possuem experiência e já estão inseridas no mercado de trabalho, entretanto, demonstra que ainda há interesse por parte dessas pessoas em se qualificar para alcançar melhores oportunidades. Seguindo com a análise, a Tabela 3 divide os respondentes de acordo com o tipo de instituição.

Tabela 3: Tipo de Instituição de Ensino dos respondentes

Tipo de Instituição	Frequência Simples	Frequência Relativa
Pública	113	56,78%
Particular	86	43,22%
Total	199	100%

Fonte: Elaborado pelo autor.

A pesquisa foi feita em uma instituição de ensino superior pública e outra particular, apesar de se buscar um equilíbrio entre a quantidade de discentes de cada instituição, na pública foi alcançado um número de 113 discentes, representando 56,78% da amostra e na particular 86 discentes, representando 43,22% da amostra. Uma das possíveis causas para a diferença é o fato que na instituição de ensino superior pública o curso de ciências contábeis é

ministrado no período diurno e noturno, enquanto na particular é ministrado apenas no período noturno.

Esses dados são necessários para analisar a intensidade com que o tema foi tratado em cada tipo de instituição de ensino superior e até mesmo fazer uma comparação acerca da relevância e grau de entendimento acerca da mensuração a valor justo entre as universidades. A Tabela 4 apresenta a divisão dos respondentes por semestre.

Tabela 4: Semestre dos respondentes

Semestre	Frequência Simples	Frequência Relativa
6 ° Semestre	73	36,68%
7 ° Semestre	67	33,67%
8 ° Semestre	59	29,65%
Total	199	100%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Para a pesquisa foram selecionados alunos a partir do 6º semestre do curso de graduação em ciências contábeis, pelo fato de já terem cursado as disciplinas que abordam o conteúdo sobre valor justo. Além disso, são eles que estão mais próximos de ingressar no mercado de trabalho e, por isso, precisam ter o conhecimento adequado para exercer a profissão.

A partir dos dados coletados e apresentados no gráfico, o maior número de discentes que participaram da pesquisa está no 6º semestre, representando 36,68% da amostra, seguido dos estudantes do 7º semestre, representando 33,67%, e por fim os alunos do 8º semestre representando 29,65% da amostra. A partir desses dados será possível comparar o grau de conhecimento em cada semestre. Espera-se que quanto mais próximo da formatura, maior o grau de entendimento do respondente, visto que ele já teve oportunidade de cursar disciplinas que abordassem o tema. A Tabela 5 apresenta a frequência de respondentes que cursaram alguma disciplina que abordou o conteúdo sobre valor justo.

Tabela 5: Frequência de respondentes que cursaram alguma disciplina que abordou o conteúdo sobre valor justo.

Cursou alguma disciplina que abordou o conteúdo de valor justo?	Frequência Simples	Frequência Relativa
Sim	194	97,49%
Não	3	1,51%
Não informado	2	1,01%
Total	199	100%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Essa é uma informação necessária para análise proposta pelo trabalho, visto que, para o discente emitir uma opinião acerca da relevância da mensuração a valor justo é ideal que tenha conhecimento sobre o tema, além disso, deixa claro que a amostra foi escolhida de maneira correta, uma vez que o propósito era alcançar os alunos que já possuíam conhecimento sobre o tema de pesquisa. No questionário constava um campo para o aluno colocar quais as disciplinas em que foi ministrado o conteúdo sobre valor justo, na instituição de ensino superior pública as disciplinas mais citadas pelos discentes foram: Contabilidade geral 2, Teoria da Contabilidade, Auditoria; enquanto na instituição de ensino superior particular os discentes citaram: Contabilidade Societária, Contabilidade Avançada e Contabilidade de Custos. A Tabela 6 apresenta a Frequência de respondentes que trabalham na área contábil.

Tabela 6: Frequência de respondentes que trabalham na área contábil.

Trabalha na área de Contabilidade	Frequência Simples	Frequência Relativa
Sim	83	41,71%
Não	114	57,29%
Não informado	2	1,01%
Total	199	100%

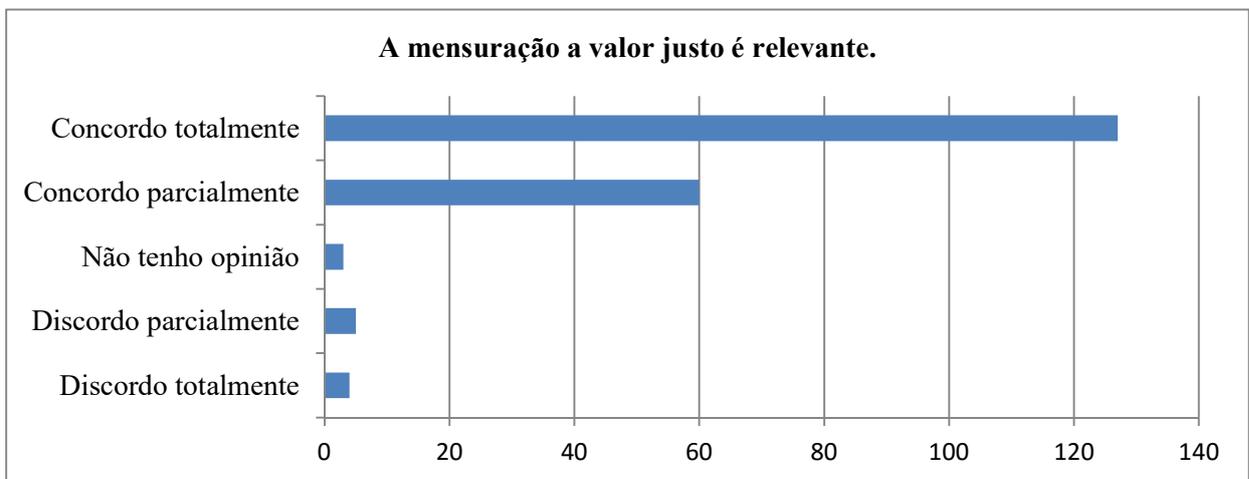
Fonte: Elaborado pelo autor.

Por meio dos dados apresentados na Tabela 6, é possível perceber que grande parte dos discentes já estão atuando na profissão, representando 41,72 % da amostra. Esse tipo de informação é necessária para comparar se o discente que já atua na área tem um grau de entendimento superior àqueles que ainda não exercem a profissão.

4.2 Análise Descritiva da questão sobre a relevância da mensuração a valor justo.

A primeira afirmação do questionário teve a intenção de verificar o quão relevante é a mensuração a valor justo para os discentes de ciências contábeis. A partir das respostas, foi atribuída uma pontuação de acordo com a proximidade da resposta esperada, como explicado no item 3.5, gerando um *score* que determina o grau da relevância para os respondentes. O gráfico abaixo apresenta as respostas dos discentes:

Gráfico 1: Relevância da Mensuração a Valor Justo.



Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir dos dados apresentados no gráfico é possível perceber que grande parte dos alunos concordaram que a mensuração a valor justo é relevante, 63,82% dos discentes concordam totalmente; 30,15% concordam parcialmente; 1,51% não têm opinião; 2,51% discordam parcialmente e 2,01% discordam totalmente. A partir das respostas apresentadas, obteve-se um *score* de 90,25% para relevância, um valor bastante alto que reflete a importância da mensuração a valor justo para os discentes de ciências contábeis. Chama atenção o fato de alunos ainda discordarem totalmente ou parcialmente da relevância da mensuração a valor justo, levando em consideração que já é um conceito bastante usado na contabilidade e que faz parte da rotina dos profissionais, podendo refletir uma falta de valorização por parte desses alunos em relação as matérias que abordam esse conteúdo.

4.3 Análise descritiva das questões relacionadas ao grau de entendimento acerca do conceito de valor justo e hierarquia de mensuração.

A partir da 2ª afirmação contida no questionário o objetivo foi analisar o grau de entendimento dos discentes acerca do conceito de valor justo (2º a 6º questão), nível 1 da hierarquia de mensuração (7º e 8º questão), nível 2 da hierarquia de mensuração (9º e 10º questão), e por fim, nível 3 da hierarquia de mensuração (11º e 12º questão). Para tal análise foi utilizada a escala likert, como explicado no item 3.5. A tabela abaixo apresenta os *scores* obtidos na análise.

Tabela 7: Grau de entendimento dos respondentes.

Grau de entendimento	Score Mínimo	Score máximo	Média
Conceito Valor Justo	0,20	1,00	0,7331
Nível 1	0,20	1,00	0,7090
Nível 2	0,20	1,00	0,6839
Nível 3	0,20	1,00	0,6482
Total			0,6973

Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir da análise dos dados apresentados na Tabela 7, é possível observar que o conceito de valor justo obteve o maior *score* médio, o que mostra que os discentes possuem um grau maior de entendimento sobre o que é valor justo (73,31%), se comparado com os detalhes de mensuração do mesmo. Em seguida, o nível 1 de hierarquia de mensuração (70,90%), nível 2 de hierarquia de mensuração (68,39%) e por último, nível 3 da hierarquia de mensuração (64,82%). No total, o grau de entendimento acerca da mensuração a valor justo é de 69,73%.

Pode-se perceber que quanto maior a complexidade dos assuntos abordados na pesquisa, menor é o grau de entendimento dos discentes de Ciências Contábeis, o que pode indicar, também, que os estudantes estão mais familiarizados com o conceito e sua forma mais simples de aplicação que com os detalhes mais complexos de mensuração do valor justo, como o nível 3, fato que pode prejudicar o exercício das profissões quando os discentes estiverem inseridos no mercado de trabalho e evidência a importância da universidade no processo de formação dos discentes.

A partir da Tabela 8 é possível analisar as diferenças de entendimento de valor justo de acordo com o tipo de instituição, semestre e se trabalha na área contábil.

Tabela 8: Grau de entendimento por instituição de ensino.

Instituição	Conceito VJ		Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
	Média	n				
Pública	Média	76,11%	74,16%	68,50%	65,22%	71,00%
	n	113	113	113	113	113
Particular	Média	69,63%	66,63%	68,26%	64,30%	67,20%
	n	86	86	86	86	86

Fonte: Elaborado pelo autor.

O grau de entendimento por instituição de ensino mostra que os respondentes que estudam em uma universidade pública possuem um grau de entendimento total maior que aqueles que estudam em particular. Os resultados se repetem também quando se refere ao conceito de valor justo e aos níveis 1, 2 e 3. Essa diferença de grau de entendimento pode ser explicada pela diferença de plano de ensino de cada instituição. De qualquer forma, pode-se notar que ambas as instituições conseguiram *scores* acima de 60%, o que pode indicar que mesmo com uma pequena diferença de intensidade, o tema é abordado nos cursos de graduação. A Tabela 9 mostra a diferença no grau de entendimento dos respondentes de acordo com o semestre.

Tabela 9: Grau de entendimento por semestre.

Semestre	Conceito VJ		Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
	Média	n				
6º Semestre	Média	73,37%	73,01%	69,73%	64,63%	70,26%
	n	73	73	73	73	73
7º Semestre	Média	73,73%	67,46%	65,22%	62,24%	67,16%
	n	67	67	67	67	67
8º Semestre	Média	72,25%	72,20%	70,34%	67,63%	70,73%
	n	59	59	59	59	59

Fonte: Elaborado pelo autor.

Pode-se perceber que os alunos do oitavo semestre possuem maior entendimento acerca do valor justo, o que já era esperado, visto que eles estão mais próximos da formatura e tiveram maior oportunidade de cursar matérias que discutissem o tema, chama atenção, no entanto, que em alguns casos o grau de entendimento dos respondentes no sexto semestre foi maior, como nas questões relacionadas ao nível 1. O grau de entendimento desses respondentes também ficou bem próximo dos respondentes do oitavo semestre. Os alunos do

sétimo semestre apresentaram o menor grau de entendimento, contrariando a expectativa de que, quanto mais próximo da formatura, maior o grau de entendimento. A Tabela 10 relaciona o grau de entendimento com o fato de trabalhar ou não na área contábil.

Tabela 10: Grau de entendimento dos discentes por trabalhar ou não na área contábil.

Trabalha na área contábil?		Conceito VJ	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Sim	Média	75,04%	71,93%	67,95%	64,10%	69,75%
	n	83	83	83	83	83
Não	Média	72,00%	70,44%	69,04%	65,44%	69,23%
	n	114	114	114	114	114

Fonte: Elaborado pelo autor.

A Tabela 10 mostra que trabalhar ou não na área contábil não é um fator relevante para definir o grau de entendimento dos respondentes, vale frisar que essa afirmação se aplica para graduandos, assim, profissionais com maior nível educacional e que trabalham na área contábil podem possuir maior grau de entendimento que aqueles que não trabalham. O *score* total não apresentou grandes diferenças, o que trabalham na área tiveram um grau de entendimento apenas 0,52% maior. Quanto a questões específicas, os que trabalham na área apresentaram maior grau de entendimento do conceito de valor justo e do Nível 1. Aqueles que não trabalham na área contábil apresentaram maior grau de conhecimento acerca do Nível 2 e Nível 3.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O valor justo, apesar de não ser uma decisão unânime, vem se mostrando uma importante ferramenta para mitigar os problemas relacionados ao custo histórico. O pressuposto é de que os valores justos seriam mais relevantes e mais confiáveis que os valores de custo histórico (BARHAVA e ROZEN, 2015). As afirmações a favor e contra a utilização do valor justo como forma de mensuração de ativos e passivos são muitas, o que fortalece a necessidade de estudar o tema.

Além disso, visto que a graduação em Ciências Contábeis forma o profissional responsável por elaborar informações de qualidade e que transmitam segurança aos usuários, é importante analisar a opinião desses discentes sobre a relevância dessa forma de mensuração e buscar medir o grau de entendimento dos mesmos acerca do valor justo. Explorar o campo da educação contábil auxilia a observar como o indivíduo adquire e forma o conhecimento, habilidade, valores, éticas e atitudes necessários para torná-lo um profissional (OTT et al., 2011).

Assim, o objetivo desta pesquisa foi identificar se a mensuração a valor justo é relevante para os discentes de Ciências Contábeis e qual o grau de entendimento dos alunos acerca do conceito de valor justo e de suas hierarquias de mensuração. Para alcançar o objetivo proposto foi aplicado um questionário a 210 discentes de graduação em Ciências Contábeis entre instituições de ensino pública e particular. O questionário possuía, além de informações acerca do perfil dos respondentes, questões acerca do valor justo e seus níveis hierárquicos. Os resultados foram analisados categoricamente, de forma a observar se os níveis de entendimento do valor justo variam de acordo com a instituição de ensino do respondente, o semestre em que ele se encontra e o fato de trabalhar ou não na área contábil. Uma questão adicional também foi inserida para saber se os respondentes achavam a mensuração a valor justo relevante.

A maioria dos respondentes afirmou que já cursou alguma disciplina que abordou valor justo, o que fortalece a escolha da amostra, pois, assim, espera-se que os discentes tenham um embasamento maior para responder as questões do questionário de forma não aleatória.

Os achados revelaram que mais de 93% dos respondentes concordam totalmente ou parcialmente que a mensuração a valor justo é relevante, o que reflete a importância do valor justo para os discentes de Ciências Contábeis. O grau de entendimento total dos respondentes foi de 69,73%, sendo 73,31% de grau de entendimento relacionado ao conceito de valor justo,

70,90% ao Nível 1, 68,39% ao Nível 2 e 64,82 ao Nível 3. É interessante frisar que o grau de entendimento decresce à medida que são abordados assuntos mais complexos, assim, os estudantes estão mais familiarizados com o conceito e sua forma mais simples de aplicação que com os detalhes mais complexos como o Nível 3.

Quanto ao tipo de instituição de ensino, apesar de ambas, pública e particular, alcançarem scores acima de 60%, os estudantes de Instituição de Ensino Pública possuem maior grau de entendimento. Os respondentes do oitavo semestre apresentaram maior grau de entendimento total, o que era de se esperar, visto que eles estão mais próximos do fim do curso e tiveram maior oportunidade de cursar disciplinas que discutissem o tema. No entanto, chama atenção o fato de que os alunos do sétimo semestre apresentaram o menor grau de entendimento, contrariando a expectativa de que quanto mais próximo da formatura, maior o entendimento. Por fim, observou-se que trabalhar ou não na área contábil não é um fato relevante para definir o grau de entendimento dos respondentes, considerando a amostra de estudantes de graduação.

Este estudo contribui para o desenvolvimento das pesquisas relacionadas ao valor justo e as formas de mensuração por apresentar dados acerca do grau de entendimento dos discentes de graduação em Ciências Contábeis. Conforme exposto, entender como é formado o conhecimento desses profissionais é importante para enriquecer o debate acerca da formação do profissional contábil. É importante ressaltar, porém, a título de limitação, a quantidade e qualidade da amostra, visto que o questionário foi aplicado apenas em Instituições de Ensino Superior do Distrito Federal, o que fica também como sugestão para pesquisas futuras. Assim, sugere-se a aplicação de questionários similares em outras Instituições de Ensino Superior do Brasil e também em outros níveis acadêmicos, como especialização, mestrado e doutorado.

REFERÊNCIAS

AL-KHADASH, H.A.; ABDULLATIF, Modar. Consequences of fair value accounting for financial instruments in the developing countries: The case of the Bankig sector in Jordan. *Journal of Business Administration*, vol. 5, nº 4, 2009.

BARHAVA, K.; ROZEN, H. Can manager-provided fair value estimates be both relevant and reliable? Evidence from the United States Public Venture capital industry. *Journal of Accounting and Finance*, v. 15, n. 2, p. 129–156, 2015.

BRASIL. **Lei nº 11.638**, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos das Leis nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm. Acesso em: 27 de setembro de 2017.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC 48 – Instrumentos Financeiros. São Paulo: CPC, 2016.

_____. CPC 46 – Mensuração do Valor Justo. São Paulo: CPC, 2012.

_____. CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. São Paulo: CPC, 2009.

_____. CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação. São Paulo: CPC, 2009.

EMERSON, D. J.; KARIM, K. E.; RUTLEDGE, R. W. Fair value accounting: A historical review of the most controversial accounting issue in decades. *Journal of Business & Economics Research*, v. 8, n. 4, p. 77–86, 2010.

GEORGIU, O.; JACK, L. In pursuit of legitimacy: A history behind fair value accounting. *British Accounting Review*, v. 43, n. 4, p. 311–323, 2011.

GIL, Antonio Carlos Métodos e técnicas de pesquisa social / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. Teoria da contabilidade; tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 2010.

HITZ, J.-M. The Decision Usefulness of Fair Value Accounting – A Theoretical Perspective. *European Accounting Review*, v. 16, n. 2, p. 323–362, 2007.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB. International Financial Standards Reporting – IFRS 13 - Fair Value Measurements, 2011.

_____. IAS 39 – Financial Instruments, 2005.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu. Uma investigação e uma proposição sobre o conceito e o uso do fair value. *Revista de Contabilidade e Finanças*. Edição 30 anos de Doutorado, p. 9-18, 2007.

LAUX, C.; LEUZ, C. The crisis of fair-value accounting: Making sense of the recent debate. *Accounting, Organizations and Society*, v. 34, n. 6-7, p. 826-834, 2009.

LUSTOSA, Paulo Roberto Barbosa. A (in?) justiça do valor justo: SFAS 157, Irving Fisher e Gecon. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, v. 5, n. 1, p. 5-21, 2017.

MAGNAN, Michel; MENINI, Andrea; PARBONETTI, Antonio. Fair value accounting: information or confusion for financial markets? *Review of Accounting Studies*, 20, 559–591, 2015.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, V. G.; MACHADO, M. A. V.; CALLADO, A. L. C. Relevância e representação fidedigna na mensuração de ativos biológicos a valor justo por empresas listadas na BM&FBovespa. *Revista Contemporânea de Contabilidade (UFSC)*, v. 11, p. 163-188, 2014. v. 11, n. 22, p. 163-188, jan./abr. 2014

MELO, Clayton Levy de Lima; VIEIRA, Edzana Roberta Ferreira da Cunha; NIYAMA, Jorge Katsumi; MOL, Anderson Luiz Rezende. Mensuração a valor justo: um estudo sobre a percepção dos professores e profissionais contábeis. *Revista Ambiente Contábil*, v. 4, n. 1, p. 138 - 155, 2012.

MENDES, Paulo César de Melo. Auditoria de Valor Justo em Instituições Financeiras: a percepção dos auditores na mensuração dos instrumentos financeiros. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis), Programa Multi-institucional e Inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, da Universidade Federal da Paraíba e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Brasília: UnB, 2014.

NIYAMA, Jorge Katsumi (Org). *Teoria Avançada da Contabilidade*. São Paulo: Atlas, 2014.

NIYAMA, Jorge Katsumi, SILVA, César Augusto Tibúrcio. *Teoria da Contabilidade*. São Paulo: Atlas, 2013.

OTT, Ernani; CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da; CORNACCHIONE JÚNIOR, Edgard Bruno; LUCA, Márcia Martins Mendes de. Relevância dos conhecimentos, habilidades e métodos instrucionais na perspectiva de estudantes e profissionais da área contábil: estudo comparativo internacional. *Revista Contabilidade & Finanças-USP*, v. 22, n. 57, 2011.

PETTERSSON, Maria Helena; ALMEIDA, Sérgio Barcelos Dutra de; SANTINI, Cinthia Cássia; COSTA, Fábio Moraes da. *Manual de Normas Internacionais de Contabilidade: IFRS versus normas brasileiras*. 1. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. Ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SILVA JUNIOR, S.D.; COSTA, F. J. Mensuração e Escalas de Verificação: uma Análise Comparativa das Escalas de Likert e Phrase Completion. *PMKT – Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing, Opinião e Mídia*, São Paulo, Brasil, v. 15, p. 1-16, out. 2014.

SOUSA, Ana Carla Santos Nogueira; LODOVICI, Flaminia Manzano Moreira; SILVEIRA, Nadia Dumara Ruiz; ARANTES, Regina Pilar Galhego. *Alguns Apontamentos sobre o*

Idadismo: A Posição de Pessoas Idosas Diante desse Agravo à sua Subjetividade. *Estud. Interdiscipl. Envelhec.*, Porto Alegre, v. 19, n. 3, p. 853-877, 2014.

WHITTINGTON, G. Fair value and the IASB/FASB conceptual framework project: An alternative view. *Abacus*, v. 44, n. 2, p. 139–168, 2008.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. *Metodologia da Pesquisa*. Florianópolis: SEaD/UFSC, 2006.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Questionário de Pesquisa

Identificação

Sexo: () Masculino () Feminino Idade:

Curso: _____

Instituição: () Pública () particular

Semestre: _____

Trabalha na área de contabilidade: () Sim () Não

Para as questões a seguir, preencha conforme sua intensidade de concordância, sendo:

1 - Discordo totalmente

2 - Discordo parcialmente

3 - Não tenho opinião

4 - Concordo parcialmente

5 - Concordo totalmente

1. () A mensuração a valor justo é relevante.

2. () Valor justo é o valor que seria obtido numa transação em que nem o comprador e nem o vendedor pode impor sua vontade.

3. () Valor justo é o mesmo que valor de mercado.

4. () O julgamento profissional é dispensável na mensuração do valor justo.

5. () Instrumentos financeiros sempre são mensurados a valor justo.

6. () A mensuração a valor justo é objetiva e impede o gerenciamento de resultados.

7. () A existência de mercado ativo é fundamental para mensuração do valor justo no nível 1

8. () As informações para determinação do valor justo no nível 1 são não observáveis.

9. () Na ausência de Mercado ativo deve ser utilizado o nível hierárquico 2.

10. () No nível hierárquico 2 a base para mensuração a valor justo são itens idênticos ou similares, em mercados inativos.

11. () O nível hierárquico 3 é o único onde as informações são não observáveis.

12. () No nível hierárquico 3 a mensuração é mais complexa.